

XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DEMOGRAFIA E EDUCAÇÃO

REGIONAL DEVELOPMENT, DEMOGRAPHY AND EDUCATION

DESARROLLO REGIONAL, DEMOGRAFÍA Y EDUCACIÓN

Gilmara de Fatima Bren¹

Crislaine Colla²

Área Temática: Economia Regional e Urbana

JEL Code: Instituições de ensino e pesquisa - Educação e Desenvolvimento Econômico

Resumo: O trabalho apresenta uma reflexão sobre a relação existente entre desenvolvimento, planejamento e demografia escolar. Tem como objetivo provocar uma discussão sobre a importância de dados para planejamento e ordenamento de políticas públicas. O tema em questão possibilita compreender melhor o sistema educacional brasileiro, para tanto, analisa-se o censo demográfico e escolar, considerando aspectos essenciais para um panorama da educação. É uma investigação exploratória e pesquisa bibliográfica com abordagem do censo demográfico e censo escolar significativos para planejamento e busca de melhorias, entretanto, ainda existem alguns desafios.

Palavras-chave: Demografia escolar; Indicadores; Planejamento.

Abstract: It presents a reflection on the relationship between development, planning and school demographics. It aims to provoke a discussion about the importance of data collection for planning and organizing public policies. The topic in question makes it possible to better understand the Brazilian educational system. To this end, the census is analyzed considering essential aspects for an overview of education. It is an exploratory investigation and bibliographical research with a quantitative approach. Educational indicators are significant for evaluating and seeking improvements, however, there are still some challenges.

Key-words: School demographics; Index; Assessments.

Resumen: Este trabajo presenta una reflexión sobre la relación entre desarrollo, planificación y demografía escolar. Además, pretende provocar una discusión sobre la importancia de la recopilación de datos para la planificación y organización de políticas públicas. El tema en cuestión permite comprender mejor el sistema educativo brasileño. Para ello, se analiza el censo considerando aspectos esenciales para una visión general de la educación que evoluciona en base a la planificación y el desarrollo. Es una investigación exploratoria y bibliográfica con enfoque cuantitativo en la presentación de datos. Los indicadores educativos son de gran importancia para evaluar y buscar mejoras, sin embargo, aún existen algunos desafíos.

Palabras clave: Demografía escolar; Indicadores; Planificación.

¹UNIOESTE; Paraná/Brasil; <https://orcid.org/0009-0002-1466-5890>; gilmarabren@unioeste.br

²UNIOESTE; Paraná/Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-5721-9412>; crislaine.colla@unioeste.br



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Introdução.

Nesta análise, é relevante destacar que desenvolvimento regional, em suma, envolve construção, formação e evolução local. A questão educacional como um indicador é determinante nesse processo, pois abrange a preparação para o mercado de trabalho, a consolidação do capital social e intelectual. Estão intrinsecamente interligados.

Dessa forma, serão abordadas a interação entre as dinâmicas demográficas, o planejamento e o desenvolvimento regional. Para a elaboração de políticas públicas eficazes, é fundamental dispor de informações sobre a população, levando em conta aspectos socioeconômicos em diferentes períodos e locais. Nesse sentido, analisar as informações no que se refere a demografia da educação, Cunha (2000, p. 05) corrobora:

A discussão da dinâmica demográfica brasileira torna-se fundamental para se entender a evolução da demanda por educação, uma vez que é esse processo que, ao fim e ao cabo, determinará o contingente demográfico a ser atendido em cada um dos níveis de atenção escolar.

A reflexão e a discussão acerca do tema, incluindo a legislação educacional, são pontos de destaque, uma vez que a elaboração de leis direciona as ações e a sua implementação no território. Sob esse prisma, Carmo e Camargo (2020, p.2) ressaltam que:

Além da necessidade de se conhecer o volume e o crescimento populacional, destaca-se a relevância de compreender que a estrutura etária da população em sua evolução ao longo do tempo incide sobre a demanda por políticas públicas fundamentais, como saúde e educação, ao mesmo tempo que sinaliza para a disponibilidade de mão de obra, com características específicas de idade e sexo. Enfatizam-se os diferenciais regionais existentes no país em termos das características da composição populacional.

Sendo assim, o artigo aborda as questões sobre educação, com enfoque na importância da demografia escolar. Objetiva-se trazer a educação como indicador relevante na sociedade e economia regional. Por conseguinte, analisar a configuração do sistema educacional, contextualização no desenvolvimento regional para que se amplie perspectivas. Abordar o território, considerando implantação, fazendo um paralelo com educação e desenvolvimento. Como, de fato, atender de forma eficiente e abrangente às questões regionais. Dessa forma, as escolas e creches devem atender às necessidades da população, o que contribui para o desenvolvimento regional. Salienta-se que a educação contribui para o desenvolvimento psicossocial da criança, onde recebe acompanhamento, enquanto possibilita que a família esteja no mercado de trabalho ou até mesmo buscando qualificação para melhoria de renda, ou seja, vai além do cumprir a legislação, trata-se da formação do cidadão e atuação do estado para melhoria da sociedade, construindo com capital social, humano e cognitivo.

Procedimentos Adotados.

A metodologia baseou-se em uma abordagem exploratória e bibliográfica. Este estudo utilizou fontes secundárias, dados disponíveis obtidos nos portais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do referencial teórico. Em relação aos documentos legais e políticas públicas, foram consideradas a



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), para entender como esses instrumentos moldam o sistema educacional brasileiro e influenciam o planejamento. A análise dos dados abrangeu as informações referente ao ano de 2022, comparando com anos de 2000 e 2010. O estudo concentrou-se no contexto brasileiro, considerando as particularidades que influenciam a demografia escolar. Foi abordado a pirâmide etária para entender a estrutura demográfica e suas implicações para políticas públicas, podendo ajudar a prever demandas futuras por diferentes níveis de ensino, como creches, escolas primárias e secundárias, bem como programas educacionais para adultos.

O censo escolar é realizado em colaboração com as secretarias de educação estaduais e municipais, o qual abrange as modalidades da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), educação especial (escolas e classes especiais), educação profissional e tecnológica (cursos técnicos e formação inicial continuada ou qualificação profissional). Em uma etapa, coleta informações sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares e em outra etapa o movimento e rendimento escolar dos alunos (Brasil, 2022).

Resultados e discussão.

Para analisar o desenvolvimento de uma região, pode ser considerado como parâmetro o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Boisier (2016) sobre a sociedade do conhecimento e gestão territorial, trata o “capital cognitivo” como vital para o crescimento econômico. Enfatiza a modernização do Estado e a abordagem territorial na gestão do desenvolvimento regional, construída a partir da consolidação de cenários: contextual, estratégico e político. Frisa que o desenvolvimento regional envolve capital humano, inerente à economia. Investir e promover a educação formal aprimora a renda e qualidade de vida. Partindo dessa abordagem, objetiva-se encaminhar uma reflexão sobre a demografia escolar e educação como indicador. A pirâmide etária do Brasil, evidencia mudanças na distribuição populacional por idade e sexo, sendo um importante dado para entender as dinâmicas demográficas que influenciam políticas públicas, especialmente na educação. Entender as dinâmicas demográficas e educacionais é fundamental para um planejamento eficaz de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável e a inclusão (Alves, 2022). Em relação à educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamenta o sistema educacional brasileiro público e privado e determina a composição da educação escolar em: básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. Em relação à idade escolar para matrícula, considera-se etapa obrigatória de 04 a 17 anos. Seguindo os direcionamentos da legislação tem-se o Plano Nacional de Educação 2014/2024.

No Brasil, o censo escolar é obrigatório para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica segundo Decreto nº 6.425/2008. Por outro lado, considerando a Educação Superior (IES) segue a mesma lei, o Inep realiza uma pesquisa estatística anualmente denominada Censup, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados (INEP, 2018). A abordagem é comparativa entre censo demográfico e o censo escolar, enquanto análise de planejamento e política pública. O IBGE coordena o censo demográfico, investigando características sociais, econômicas e demográficas da população (sexo, idade, educação, trabalho, renda, entre outros). É de responsabilidade do MEC o censo escolar que constitui a coleta de dados sobre a educação brasileira. Segundo Bandeira (2004) população é um conjunto de indivíduos que se renova através dos nascimentos, óbitos e movimentos migratórios. Em relação à população escolar, o autor destaca que é constituída por conjuntos de indivíduos que se dedicam exclusivamente a uma atividade que é a de



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

frequentar um estabelecimento de ensino com vista à obtenção de formação, qualificações e diplomas. É possível identificar a necessidade de investimentos em infraestrutura educacional para atender a demanda. Além disso, com o envelhecimento da população, pode implicar em adaptações nos currículos educacionais e em programas direcionados à demanda, como a EJA.

A variável idade é considerada a faixa etária em que a escolaridade é obrigatória, no caso do Brasil trata-se do grupo entre 04 anos e 17 anos. Entretanto, precisamos considerar que as crianças de zero a 3 anos têm direito a creche. E considerando que ao encerrar o ensino médio, a população escolar continua o andamento na sua formação entrando nas universidades e mesmo iniciando no mercado de trabalho essa população dá continuidade aos seus estudos através da pós-graduação. Atualmente, a faixa etária nas universidades é bastante ampla, pois abrange um público que faz sua segunda graduação, ou que mesmo depois de aposentados retornam aos bancos escolares essa abordagem consiste em uma necessidade de planejamento considerando estudos para a demografia escolar, logo que a população escolar compreende a escolaridade obrigatória e atividade profissional seu objeto de estudo. Dessa maneira, Bandeira aborda “coorte” na análise demográfica, que passam por contextos educacionais, sociais, políticos, culturais, econômicos e até legislação diferenciada. Ressalta a importância da tábua de escolarização que descreve a entrada dos alunos pertencentes a uma coorte e a permanência ou não na escola. É importante um olhar cuidadoso para as escolas, formação de trabalho, para a demanda de mercado, campo dos estudos do desenvolvimento e da política regional no Brasil, a educação como um tema transversal que acompanha a economia.

Por conseguinte, agentes relacionados ao planejamento tem como base o censo escolar, logo que, matrículas e número de docentes em atividades, número de escolas para atender a demanda são informações de base para políticas públicas de financiamento da educação. Sabe-se do desafio em realizar pesquisas, coletar dados, analisar e organizar informações, as quais revelam as características gerais ou específicas do território e sociedade. Os dados influenciam na política pública e tomada de decisões, adequando investimentos em determinado local ou área, caracterizando território e colaborando ou não para o desenvolvimento. Segundo o INEP (2018), o Sistema Educacional Brasileiro iniciou um processo de transformação na década de 90, em que diversos programas foram implementados pelo governo, pois nas décadas de 70 e 80, buscava-se a construção de prédios escolares devido a quantidade da população fora da escola, especialmente no ensino fundamental.

A análise com base nos censos escolares e dados do IBGE para os anos de 2000, 2010 e 2022 (Figura 1), revela um panorama educacional que reflete as transformações na política educacional ao longo desses períodos. Os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2010 evidenciam uma tendência de ajuste na distribuição das matrículas, refletindo as políticas públicas implementadas. Houve uma diminuição geral nas matrículas, atribuída principalmente à estabilização no ensino fundamental regular e à queda na Educação de Jovens e Adultos. Paralelamente, observou-se um crescimento na oferta de creches e reorganização da pré-escola devido ao ensino fundamental de 9 anos e que também pode correlacionar com a entrada da mulher no mercado de trabalho. A análise comparativa entre os censos de 2000 e 2010 demonstra um aumento no nível de instrução da população brasileira. Em relação à escolaridade entre grupos etários, os dados revelam que os grupos mais velhos apresentam menor escolaridade, reflexo das limitações históricas no acesso à educação. Apesar dos avanços, persistem diferenças substanciais entre as gerações mais jovens e mais velhas, influenciadas por fatores socioeconômicos e históricos. A evolução educacional, ao longo da década, indica um aumento na proporção de indivíduos com níveis mais elevados de escolaridade, especialmente entre os mais jovens, evidenciando o impacto positivo das políticas educacionais implementadas.



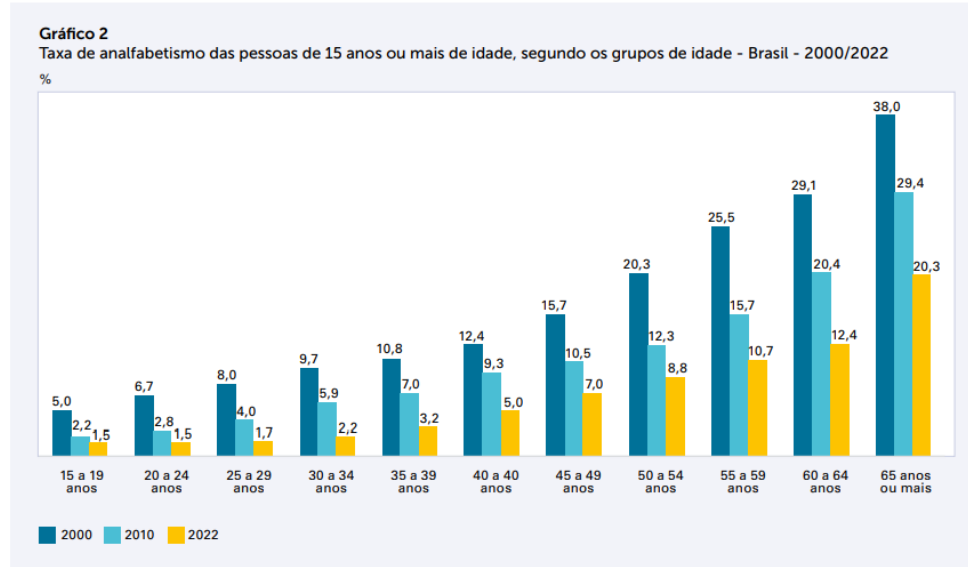
XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

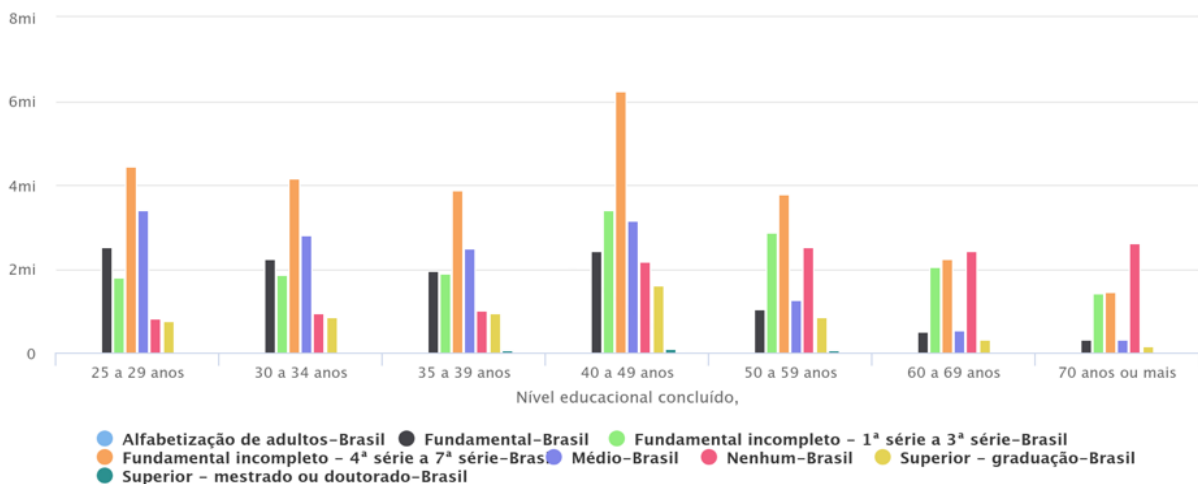
Figura 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil - 2000/2022



A proporção de indivíduos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto reduziu, enquanto a parcela da população com pelo menos o ensino superior completo aumentou. Essas mudanças indicam melhorias no acesso à educação. A análise temporal e espacial, abrangendo o período de 2000 a 2010 (Figura 2) revela disparidades educacionais. No que diz respeito ao ensino superior, dados do IBGE indicam um aumento na proporção de brasileiros com diploma universitário entre 2000 e 2010. Sob esse viés, a faixa etária de 15 a 19 anos também registrou um aumento na frequência escolar, devido à obrigatoriedade do ensino. O Censo Demográfico de 2022 oferece um panorama detalhado da alfabetização no Brasil, evidenciando redução no analfabetismo.

Figura 2 - Nível de instrução - Brasil - 2000

Pessoas de 25 anos ou mais, por grupo de idade e nível educacional concluído, 2000



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

A análise das diferenças na escolaridade entre grupos etários e a evolução ao longo do tempo enfatiza a necessidade de políticas públicas que reduzam as disparidades educacionais entre regiões e grupos demográficos. O uso de dados do INEP pode ilustrar a evolução do ensino superior nesse período, destacando-se quais faixas etárias demonstraram maior progresso educacional.

Considerações Finais

Neste artigo, discute-se a importância do censo, especialmente para planejamento de políticas públicas e análises quanto às transformações que ocorreram. O Censo Escolar e o Censo Demográfico desempenham papéis fundamentais na compreensão da educação e demografia de um país ou região. Enquanto o Censo Escolar concentra-se na coleta específica de dados sobre instituições de ensino, matrículas, professores e infraestrutura escolar, o Censo Demográfico abrange informações sobre a população, como distribuição por idade, sexo, etnia, condições de moradia e educação. Ambos os censos fornecem dados para formulação de políticas públicas, planejamento educacional e avaliação de necessidades sociais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico do país. Os resultados do Censo Demográfico de 2022 indicam avanços na alfabetização no Brasil, entretanto, também revelam persistentes desigualdades entre grupos demográficos. Em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e as dinâmicas econômicas e sociais, as técnicas de análise demográfica desempenham um papel significativo. Essas técnicas colaboram para o planejamento educacional, mas também na formulação de políticas públicas, que são fundamentais tanto em nível local quanto regional.

Referências

ALVES, L. R. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. **Informe GEPEC**, [Toledo-PR], v. 26, n. 2, p. 9–29, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28307> Acesso em: 23 jun. 2023.

ALVES, L. R.; MATTEI, T. S.; SILVA, C. S. (orgs.). **Economia e desenvolvimento local**. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2022. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/pos/pgdra/sobre/publicacoes/livros> Acesso em: 18 maio 2023.

BAHIA, L. O. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6154> Acesso em: 16 jun 2023.

BANDEIRA, M. L. Demografia escolar e análise longitudinal: escolarização e escolaridade de coortes de alunos dos ensinos básico e secundário. **Análise Social**, [S. l.], v. 42, n. 183, p. 515–538, 2007. DOI: 10.31447/AS00032573.2007183.07. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/33049> Acesso em: 18 fev. 2024.

BOISIER, S. (2016) Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2016. DOI: 10.20435/interacoes.v2i3.583. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/> Acesso em: 22 de outubro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 abr. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm Acesso em: 18 maio 2023.



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.184, dispõe sobre o Censo Demográfico. Brasília, de 10 de maio de 1991. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8184&ano=1991> Acesso em: 17 de fev. de 2024.

CARMO, R. L. D.; CAMARGO, K. Dinâmica Demográfica Brasileira Recente: Padrões Regionais de Diferenciação. In: Neto, Aristides Monteiro. **Desenvolvimento Regional No Brasil: Políticas, Estratégias E Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Ipea, 2020. p. 2 - 95. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10084> Acesso em 16 de dez. de 2023.

CUNHA, J. M. P. **Demografia e educação**: incursões preliminares, 2 / José Marcos Pinto da Cunha et al. – Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000.

INEP. **O papel do gestor municipal no acompanhamento e preenchimento do censo escolar da educação básica**. Diretoria de Estatísticas Educacionais/Deed: Brasília, 2018. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2018/cartilha_censo_escolar_versao_final-2018.pdf Acesso em: 18 maio 2023.

